

Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830-1888)

João Pedro Passos de
Barros Borges*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.
v12i1519-550

RESUMO: A pesquisa tem por objetivo debater quais as incidências que permitem que um escravizado consiga se integrar num circuito mercantil na cidade de Uberaba durante o período imperial. Para isso, recorreu-se à padronização de documentos como cartas de alforria, penhoras, fianças, hipotecas, manumissões, inventários, considerando o debate historiográfico clássico que se levantou para analisar os aspectos do movimento e dos circuitos mercantis durante o período por parte de escravizados. Dando demasiada atenção ao conceito de “brecha camponesa” e suas críticas ulteriores; além de procurar apresentar uma interpretação que dê conta de identificar os fenômenos factuais dos documentos a partir das obras de Louis Althusser e Nicos Poulantzas. Por fim, lê-se a sujeição jurídica de alguns escravizados e propõe-se a compreensão da liberdade a partir das discontinuidades da reprodução do escravismo colonial.

Palavras-chave: Escravidão; Uberaba; História econômica; brecha camponesa.

* Graduando em História pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), membro do grupo de pesquisa crítica do direito e subjetividade jurídica na FDUSP. E-mail: passospbb@gmail.com. Agradeço à orientadora Ilana Peliciari Rocha; ao corretor do artigo Flávio H. D. Saldanha; ao apoio de Fábio A. Frizzo de M. Lima; ao caminho da teoria crítica ofertada pelo grupo de pesquisa de Alysson L. Mascaro.

Introdução

A economia uberabense do período escravista foi uma economia natural¹. Uberaba era uma economia mercantil de subsistência articulada entre o mundo rural e urbano (CUNHA, 2007). A significação dessa especificidade (economias não-exportadoras) é um assunto central da formação social brasileira. Quando se observa, a tendência historiográfica posta por Caio Prado Jr. (1965) desloca-se às economias naturais meramente como economias de subsistência e inferioriza o papel do mercado interno na sociedade colonial. Quando se depara com tendências atuais como as de João Fragoso e Manolo Florentino (2001) depara-se com uma inversão na qual as tendências estruturais são apagadas e a influência exógena se transforma em um projeto político interno, ou seja, condições endógenas. Dando enfoque à crítica de Ciro F. S. Cardoso a João Fragoso:

Tendo combatido por muitos anos as posturas que enfatizam unilateralmente as relações metrópole-colônia ou centro-periferia, a extração de excedentes, o capital mercantil (hipostasiado em “capitalismo comercial”) e mais em geral a circulação de mercadorias como *locus* explicativo privilegiado, só posso me regozijar com estes novos e sólidos argumentos. Desde que, também neste caso, não se ceda à tentação de uma ênfase unilateral. Mesmo se as análises cujos resultados são, às vezes, delimitadas e tratam de elementos e variáveis parciais, não estarão esquecendo exageradamente, empurrando um tanto para fora a dependência colonial e neocolonial — e as determinações e condicionamentos que ela sem qualquer dúvida implicava (ainda que tais análises tenham demonstrado que algumas das determinações imputadas e fatores externos eram falsas)? Fique como questão a ser pensada esta minha dúvida (CARDOSO, 1988, p. 58).

Há um equívoco em não pensar as dimensões (tamanho, natureza, etc.) dos

¹ Atividades econômicas fundamentais, bem como as classes dominantes regionais serão indicadas mais à frente no texto.

Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

objetos A (endógenos) e B (exógenos) acreditando que A e B querem pertencer ao mesmo conjunto, ou seja, estrutura e projeto de poder podem se anular. Contudo, se se dirigem a conjuntos diferentes, não há contradição lógica alguma — o que se acredita estar bem postulado no comentário de Cardoso (1988). Ao contrário, o gênio de cada produziu historiografias que deram mais atenção à opressão, resistência, fatores externos de acumulação, interno, etc.

Doutra parte, dá-se atenção às interpretações que caminharam para a compreensão que os fatores endógenos são importantes para a manutenção das estruturas postas em condições exógenas, não havendo um conflito entre ambas, dando especial atenção a Jacob Gorender (2016a; 2016b), Ciro F. S. Cardoso (1987), Clóvis Moura (2020), Décio Saes (1985) e Jonathan Erkert (2018). Podendo concluir que a formação social brasileira é um elemento estrutural, mas a manutenção dessa estrutura não foi resultado de uma imposição estrangeira, mas de dinâmicas de acumulação das classes dominantes internas.

O que isto implica para Uberaba? Que se sua economia não era uma agroexportadora, ainda é possível observar nela os elementos e as estratégias de manutenção do escravismo colonial.

O mercado interno uberabense é construído em torno do comércio a partir do desenvolvimento da ferrovia (com o excedente da cafeicultura). A cidade era conhecida como boca do sertão, devido à sua localização geográfica, e as atividades mercantis giravam em torno do comércio de sal (fator fundamental para a modernização da cidade ao lado das demandas manufatureiras da Inglaterra), criação

de gado e agricultura, evidentemente baseadas no trabalho escravo com monopolização do comércio pelos fazendeiros pecuaristas; e, mesmo que não impedisse o desenvolvimento mercantil, também havia o latifúndio (REZENDE, 1991; LOURENÇO, 2005).

Há de se destacar outra coisa, este trabalho tem como conceito central para sua exposição o de sobredeterminação de Louis Althusser (2015). Resulta isto que enquanto a contradição principal entre as classes se apresenta no meio rural, o meio urbano não é somente uma parte derivada da totalidade, mas uma contradição secundária determinada pela formação social (combinação de modos de produção “puros”, no caso, o escravismo colonial e um modo de produção camponês) e pelas contradições principais, mas capaz de provocar efeitos pertinentes (constituição de um elemento novo não inserido nos níveis político, econômico, ideológico, etc., do modo de produção) (POULANTZAS, 2019, p. 77). Ou seja, as classes dominantes e a luta de classes no meio urbano apresentam dinâmicas próprias que não podem ser extraídas da contradição principal.

Se toda contradição o é de um todo complexo estruturado com dominante, não se pode considerar o todo complexo fora de suas contradições, fora da relação de desigualdade fundamental entre elas. Dito de outro modo, cada contradição, cada articulação essencial da estrutura e a relação geral das articulações dentro da estrutura com dominante constituem igualmente condições de existência do próprio todo complexo. Essa proposição é de primeiríssima importância, pois significa que a estrutura do todo — logo, a “diferença” das contradições essenciais e sua estrutura com dominante — é a própria existência do todo; que a “diferença” das contradições (que haja uma contradição principal etc., e que cada contradição tenha um aspecto principal) componha uma unidade com as condições de existência do todo complexo (ALTHUSSER, 2015, p. 164-165).

Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

Portanto, cabe destacar que a ideia de um modo de produção escravista colonial é parte do debate historiográfico e uma das leituras possíveis, sendo aqui, pelos motivos apresentados até o momento, a que se entende contemplar melhor. A substituição do conceito de “sistema” por “modo de produção”, implica uma autonomia da colônia em relação à metrópole, ou então, mesmo que se realize a partir de dinâmicas externas, como tráfico negreiro e a exportação, sua possibilidade baseia-se numa articulação das relações de trabalho cativo. É uma tendência que preza pela reflexão sobre as condições de produção: relações de trabalho, o mercado interno, classes dominantes; ou seja, o que do modo de produção permitia o funcionamento de uma empresa agroexportadora (MOURA, 2020).

Tendo em vista tais condições iniciais necessárias ao raciocínio, é possível apresentar a luta de classes no escravismo colonial a partir das fontes de Uberaba e o que a cidade diz sobre os segmentos possíveis do escravismo colonial.

Cabendo prévia caracterização de uso das fontes. Primeiramente, diferentemente dos neopositivistas, a lógica indutiva exerce um papel constitutivo da ciência de qualquer natureza. Isto, pois a inferência da informação é um elemento constituinte da organização de fenômenos em leis, modelos matemáticos, modos de produção, etc. A inferência é a ruptura da inércia da razão científica e o que garante o exercício científico é a intenção de execução no caminho da ciência. É deste modo que os métodos quantitativos e o paralogismo atuam juntos. Isto, dado que a inferência de informações que organizou o quadro do mesmo modo que é justamente a concepção (subjetiva) de que pode existir um padrão e um movimento, que existe concentração ou não, que permite a reunião dos dados (objetivo). A

finalidade das periodizações documentais não independe do gênio do historiador (que organiza as perguntas ao passado) (COSTA, 2019).

Assim, reconhece-se que há um padrão para a ciência que não se encontra na agência dos indivíduos, mas naquilo que se faz mais concreto do que o que “se vê e toca”. Procedimentalmente, terá de se imperar padrões e abstrações sobre as fontes empíricas e tais classificações devem obedecer à capacidade de operar a concretude, oferecendo explicações que correspondam às determinações das ações humanas. Assim, a luta de classes se apresenta como uma possível abordagem para este trabalho que tentará ir da determinação em última instância da economia até os momentos mais diretos da luta de classes. Tentando encontrar nos diferentes momentos das classes sociais tais determinações das estruturas econômicas, ideológicas e políticas.

Na apreciação de acontecimentos e de séries de acontecimentos da história do dia a dia nunca estaremos em condições de recuar até as últimas causas econômicas. (...) Por tal motivo, o método materialista terá demasiadas vezes de se limitar a reduzir os conflitos políticos à luta de interesses das classes sociais e frações de classes presentes, dadas pelo desenvolvimento econômico, e a demonstrar que cada um dos partidos políticos é a expressão política mais ou menos adequada dessas mesmas classes ou frações de classes (ENGELS, 2015, p. 38).

De tal maneira, o artigo pretende analisar quais as circunstâncias históricas possibilitaram a inserção de escravizados no circuito mercantil em Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial, bem como o que isso significa em face da luta de classes regional. E, além dos preceitos teórico-metodológicos explicados acima, o intuito é dialogar com as fontes para reconstruir os padrões de apresentação das classes sociais e abstrair movimentos gerais explicativos ao passo que se deve discutir e tencionar outras explicações já existentes.

Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

Do registro documental à compreensão da luta de classes

No dia vinte e sete de setembro de 1865, um homem com o título (identificado em outros documentos) de coronel, Carlos José da Silva, entra no cartório com seu escravizado Joaquim Crioulo. Pela observação do escrivão, percebe-se que não era um fato comum os escravizados terem acesso, dado que é registrada a permissão que o seu senhor dá ao escravizado. Ele não somente adentrou aquele espaço, ele foi vender um imóvel, do outro lado da mesa do escrivão há um desconhecido que o compra, ele não aparece como coronel, proprietário, escravizado; não há nada que o liga a condição alguma. Esse homem, não está nas mesmas condições de poder e hierarquia de Carlos José da Silva e esta diferença não está (somente) no título de coronel, está no fato de que as testemunhas que assistiram e registraram a compra e venda do imóvel, testemunharam para dois homens analfabetos. É enigmática a colocação! Como o escravizado portaria uma propriedade? Se comportaria como um sujeito de direito ao vender a casa? Seria uma atividade de resistência ou reprodução do escravismo colonial? O que significa a permissão do senhor, ou seja, em que condições a propriedade teria não somente sido posta nas mãos do escravizado, mas também permitida de ser comercializada?

Logo, recorre-se a fontes que conseguem explicar os interesses de classe. Dada a afirmação de Décio Saes (1985) de que a classe média urbana comporia uma classe revolucionária, imediatamente recorre-se aos fundamentos dados pelo próprio autor. Este diz que as hipotecas de senhores de escravos, tendo os escravizados como bem hipotecado, implica que essa classe não apresentaria intenções abolicionistas. Contudo, o quadro de Uberaba já aponta significativa diferença quando se

reconhecem estratégias de manutenção da escravidão que existiram no período final desta, como comprova a dissertação de mestrado de Alessandra Gomes (2008). No texto a autora apresenta cartas de liberdade com condicionantes que representariam estratégias de aproximação e composição do “clima” patriarcal.

Em Uberaba também encontramos cartas nas quais padrinhos libertavam seus afilhados. A filha do liberto Tristão de Nação Angola, Maria Crioula de dez meses de idade, conseguiu a liberdade após seu padrinho José Rodrigues Ferreira ter pago cinqüenta mil reis aos seus proprietários. Mesmo pagando pela alforria, a criança foi beneficiada pela proximidade e o convívio com seus senhores, que se afeiçoaram a ela e por isso lhe conferiram proteção e educação futuras em forma de condição [...] (GOMES, 2008, p. 77).

O que não contraria a constatação de Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior sobre as Dimensões da liberdade. O mapeamento do autor permite confirmar que:

Observa-se, portanto, que os senhores de escravos conseguiram, em certa medida, manter o controle e disciplina sobre seus escravos, utilizando-se das cartas de liberdade como artifício. Os conflitos explicitados nas ações de liberdade, como vimos acima, revelam-se de fato exceções aos padrões de conduta que se observam no exame dessa documentação. Todavia esses registros anunciam mudanças sociais em curso que nos impelem a colocar em movimento os dois pólos da relação — senhor e escravo —, de maneira a apreender como eles se auto-definem e se determinam mutuamente” (RIBEIRO JÚNIOR, 2005, p. 84).

Isto demonstra que as classes dominantes regionais portaram de alguma relação intrínseca na sua vida produtiva com as práticas escravistas. No caso de Uberaba, observa-se, para além de uma formação urbana em articulação com atividades rurais, uma região que já goza de um mercado interno. Minas Gerais é reconhecida como parte do processo de interiorização de uma experiência colonial que fazia desse país, antes de tudo, uma experiência econômica de exploração. Assim está em Caio Prado Jr. (1965) e é de notável postulação primária, o entendimento de uma interiorização no território colonial que não se planeja economicamente,

Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

contudo seus desdobramentos internos não podem se resumir a isso. Portanto, retoma-se Jacob Gorender (2016a) que diz a respeito da reorganização que a prática da mineração faz no interior do modo de produção:

São por demais notórios os efeitos próprios da economia mineradora: aumento rápido da população colonial, ampliação da ocupação territorial em direção ao interior, propensão marcante à urbanização, formação de ponderável mercado interno, acentuação da divisão social do trabalho e estreitamento dos vínculos econômicos inter-regionais, influência na história de Portugal e repercussão na economia europeia, em particular na Inglaterra, enfim, aguçamento das contradições entre colônia e metrópole (GORENDER, 2016a, p. 465).

As tensões que a economia mineradora colocou, não obstante, são incapazes de reduzir Minas Gerais, de tal maneira que “Há muito tempo, porém, Minas Gerais já não era somente mineração de ouro e diamantes” (GORENDER, 2016a, p. 486), pois ela tenderia à especialização das formas de trabalho (caso peculiar de uma economia pré-capitalista), principalmente quando se fala da pecuária, que não se encontra como um vestígio do declínio da economia mineradora, mas como prática existente em 1765, como também a existência de atividades comerciais nas chamadas “fazendas mistas”.

De fato, a ânsia pelo enriquecimento fácil que a mineração do ouro oferecia fez com que os primeiros assentamentos mineiros padecessem de falta de mantimentos, gerando períodos de carestia a ponto destes assentamentos se desfazerem e os habitantes irem a outros locais para a prática da pecuária e agricultura. Assim, a fome aparece como uma instância articuladora da reestruturação provocada pela mineração, criando rotas de abastecimento para as regiões das minas e suas vítimas entre os mais pobres. Gerando, inclusive, o barroco da economia brasileira em seu

nível superestrutural e da infraestrutura, no sentido de que as festas de abundância em face da carestia eram um traço da vida mineira (SOUZA, 2017). Além disso, em Minas Gerais as atividades mineradoras foram realizadas em articulação com a agricultura, pecuária e comércio. Redes comerciais foram estabelecidas para abastecimento da região das minas e com o "declínio" da mineração, houve uma rearticulação das atividades produtivas para outras regiões de Minas Gerais, inclusive, o antigo Sertão da Farinha Podre. Assim, cabe destacar que o fim da mineração não é o fim da atividade econômica em Minas Gerais.

À medida que o declínio se acentuou, Chaves (1999) constata que as instâncias fiscalizadoras da capitania se transformavam, o que acompanhou o engendramento da proto-indústria e das atividades agrícolas e comerciais. De todas as práticas, denota-se a baixa especialização e a diversificação de comerciantes, reafirmando o caráter pré-capitalista da divisão social do trabalho, exceto na pecuária que possuía pela sua lógica um consumidor estável e uma atividade monopolista. Destacando, por exemplo, que nas fontes consultadas neste trabalho a presença de uma economia pecuária e escravista será vista e ela aparece em Minas Gerais muitas vezes com o escravizado como o transportador do gado enquanto mercadoria (CHAVES, 1999).

Quando consultadas as fontes de cartas de liberdade e hipotecas, percebe-se um estranho padrão. No que tange à organização documental, para ser detalhado, deve-se dizer que as cartas selecionadas foram somente aquelas às quais os escravizados apresentaram alguma garantia mercadológica (garrote, gado ou dinheiro), seja na compra parcial ou total da manumissão, alforria ou carta de liberdade (classificar-se-ão em fontes de tipo I). Se isto compôs a tão famosa "brecha camponesa", por outro lado, resgataram-se as hipotecas, penhoras e fianças (classificar-se-ão em fontes de tipo II) de escravizados para observar interesses de

Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

manutenção das relações escravistas de produção. O documento norteador dessas fontes é um catálogo de estudos para escravidão (2018) fornecido pelo Arquivo Público de Uberaba, que não contém toda a documentação, mas o primeiro e segundo cartórios cíveis. Os documentos não estão digitalizados na íntegra, pelo contrário. O catálogo é uma breve apresentação do que se trata e o resumo do conteúdo do documento relacionado à escravidão em Uberaba. Destacando também que as cartas de liberdade com valores de escravizados são predominantes no tipo I e as hipotecas no tipo II. A classificação é ulterior ao documento e a crença de que as fontes de tipo I representem resistência escrava é seu critério e, nas de tipo II, o critério é a percepção de indícios de que os senhores têm interesses em manter seus escravizados (não se perde aquele que é bem de penhora, fiança ou hipoteca). A contraposição buscada é entre o indício de que o escravizado pode se libertar ou já o fez e de que o senhor não possui o mesmo interesse, é no antagonismo de classes que se procura o fazer histórico.

Na leitura do documento constatou-se um desencontro entre as fontes de tipo I e II. Esse desencontro implica duas coisas: a) ou quando há I não há II, sendo o inverso também verdadeiro; b) quando há uma sequência ou um número maior de I há pouquíssimas fontes de II, ou o contrário. Uma tendência clara é que tanto as fontes de tipo I quanto de tipo II aumentam a frequência ao longo do desenvolvimento da cidade e da economia escravista (argumentos que serão melhor explicados mais adiante).

O primeiro registro de manumissão que marca a datação deste trabalho aparece em 1830. Há duas hipotecas em 1840 e então começa-se a observar a

predominância em um período curto de tempo de um tipo sobre outro. Entre 1840–1860 percebem-se poucas fontes de tipo II e dois momentos de maior intensidade de registro de tipo I, em números: há uma relação onde as fontes de Tipo I são maiores que o dobro do total de fontes de Tipo II no mesmo período. Ainda não há um desencontro de datas precisamente, dado que as fontes de tipo II aparecem esparsamente, diferente dos momentos em que se observam sequências de 0 na Tabela 1. É no instante de calma que o desencontro começa a se mostrar, pois, de 1860 a 1865 não tem nenhuma fonte de tipo I e 19 fontes de tipo II. O inverso (não quantitativo, os números não se invertem do mesmo modo, mas qualitativo, no sentido de que a relação se inverte) ocorre após isso, tendo novamente dois momentos expressivos de fontes de tipo I e fontes esparsas de tipo II. Como é possível aferir na Tabela 1:

Tabela 1 – Relação das fontes sobre escravidão

Data	Tipo I	Tipo II
1830	1	0
1840	0	2
1841	1	0
1843	3	1
1844	1	0
1845	2	0
1847	1	1

Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

1850	2	1
1853	2	1
1854	1	0
1855	2	0
1856	2	0
1857	0	1
1859	1	0
1861	0	1
1862	0	4
1863	0	7
1864	0	4
1865	0	3
1866	1	3
1867	0	4
1868	1	1
1869	0	3
1870	2	0
1871	1	0

João Pedro Passos de Barros Borges

1872	6	1
1873	3	1
1874	5	0
1875	2	0
1876	1	0
1877	0	1
1878	0	1
1879	0	3
1880	1	1
1881	1	0
1882	3	0
1883	1	0
1884	1	0
1885	1	0
1886	3	0
1887	2	0

Fonte: Arquivo Público de Uberaba.

As motivações de um fenômeno como este poderiam levar a dúvidas pertinentes como, por qual motivo, só haveria um momento de maior expressão das

Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

fontes de tipo II? Assim, cabe retornar à virtude das fontes em face da formalização efetuada há pouco. A virtude das fontes de tipo II, como já sugerido por Décio Saes (1985), são as de manter a economia escravista colonial. Não haveria uma hipoteca, penhora ou fiança se o escravizado fosse liberto no dia seguinte. Assim sendo, tem-se de respaldar-se em outras fontes para poder dizer.

Portanto, levantaram-se os inventários post-mortem de 1815 até 1888, utilizando novamente o catálogo de documentos para o estudo da escravidão (2018) do Arquivo Público de Uberaba. Dito isto, tem-se de apresentar outra estratégia de organização das fontes. Para esses inventários, consultou-se a soma dos valores dos escravizados de um período dividido pelo número de escravizados a fim de encontrar valores médios das fortunas escravistas (considerando que cada proprietário tem um número diferente de escravizados e estes, com idades diferentes). Outra estratégia foi o cálculo de escravizados por proprietário, representado por R de razão. Isto porque, regra geral, as maiores fortunas estavam concentradas na propriedade escravizada e nos bens imóveis (FRAGOSO; PITZER, 1988). Nisso, observaram-se quatro padrões diferentes de crescimento patrimonial na cidade que podem ser separados em diferentes periodizações. Observável na Tabela 2.

Tabela 2 – Inventários post mortem da primeira e segunda varas cíveis

Data	Nº escravos	Nº senhores	Valor médio	Razão
1815	1	1	150 mil réis	1
1816	5	2	92 mil réis	3

João Pedro Passos de Barros Borges

1818	2	1	115 mil réis	2
1819	16	1	126 mil réis	16
1821	13	2	108 mil réis	7
1823	15	5	166 mil réis	3
1824	16	5	178 mil réis	3
1825	29	6	119 mil réis	5
1826	4	1	118 mil réis	4
1827	11	2	214 mil réis	6
1828	36	7	184 mil réis	5
1829	47	5	202 mil réis	9
1830	29	5	269 mil réis	6
1831	20	4	336 mil réis	5
1832	36	7	260 mil réis	5
1833	30	9	293 mil réis	3
1834	33	3	365 mil réis	11
1835	31	6	279 mil réis	5
1836	56	5	407 mil réis	11
1837	52	12	300 mil réis	4
1838	33	4	430 mil réis	8

Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

1839	68	4	357 mil réis	17
1840	35	7	317 mil réis	5
1841	62	10	371 mil réis	6
1842	33	8	377 mil réis	4
1843	170	17	435 mil réis	10
1844	62	8	318 mil réis	8
1845	147	19	388 mil réis	8
1846	80	15	414 mil réis	5
1847	18	4	329 mil réis	5
1848	97	13	482 mil réis	7
1849	48	10	468 mil réis	5
1850	132	23	406 mil réis	6
1851	135	16	947 mil réis	7
1852	114	19	495 mil réis	7
1853	125	15	441 mil réis	9
1854	137	18	564 mil réis	8
1855	97	19	546 mil réis	5
1856	73	19	699 mil réis	4

João Pedro Passos de Barros Borges

1857	84	12	751 mil réis	7
1858	120	22	1 conto de réis	5
1859	50	12	1 conto de réis	4
1860	134	24	1,2 conto de réis	6
1861	92	21	1,2 conto de réis	4
1862	47	16	759 mil réis	3
1863	98	10	913 mil réis	10
1864	133	18	803 mil réis	7
1865	208	23	829 mil réis	9
1866	122	18	751 mil réis	7
1867	116	21	389 mil réis	6
1868	147	20	669 mil réis	7
1869	107	23	719 mil réis	5
1870	153	29	658 mil réis	7
1871	162	25	730 mil réis	6
1872	216	31	575 mil réis	7
1873	67	19	508 mil réis	4
1874	126	27	625 mil réis	5
1875	121	21	623 mil réis	6

Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

1876	87	17	780 mil réis	5
1877	95	16	802 mil réis	6
1878	71	16	825 mil réis	4
1879	67	14	795 mil réis	5
1880	104	16	782 mil réis	7
1881	45	14	784 mil réis	3
1882	30	8	658 mil réis	4
1883	46	10	805 mil réis	5
1884	55	11	632 mil réis	5
1885	123	18	447 mil réis	7
1886	79	17	455 mil réis	5
1887	41	8	542 mil réis	5
1888	54	6	483 mil réis	9

Fonte: Arquivo Público de Uberaba.

Assim, tem-se o primeiro bloco que entre 1815–1826 aparece como um momento de baixos valores em relação a todos os outros, marcada por valores inferiores a 200 mil réis, com menor número de inventários e apresenta um crescimento lento, dado que supera 100 mil réis somente em dez anos.

537

Por conseguinte, entre 1827–1850 observa-se um crescimento oscilante que atinge novos valores rapidamente, chegando em quatro anos aos 300 mil réis, em 400 mil réis num prazo de cinco anos e salta para 600 mil réis em quinze anos (no segundo quadro) não retornado após atingir os 300 mil réis a valores inferiores a 200 mil réis e tendo um valor menor que 300 mil réis como uma exceção da oscilação, que apresenta rebaixamentos para imediatamente subir. É necessário reconhecer que o fim do tráfico negreiro aumenta o preço dos escravizados e estes sobem até os últimos momentos do escravismo colonial. Clóvis Moura (2020), por exemplo, trata o período posterior a 1850 como escravismo tardio, já considerando um conjunto de modernizações que fortalecem o fluxo de capitais para os meios urbanos, ao passo que sempre as considera subjugadas aos arcaísmos; de tal maneira que este período representaria uma insurgência escrava rumo a um capitalismo dependente.

Após a aceleração oscilante escravista, tem-se o momento de pico entre 1851 e 1861, o qual os valores assumem, considerando o quadro final, um crescimento mais exponencial ainda, com um primeiro ano de quase um conto de réis e após manter uma média durante quatro anos, igual ou superior à aceleração, atinge valores ao redor de 700 mil réis e segue durante quatro anos com valores iguais ou superiores a um conto de réis. Outra característica é o maior número de anos marcado por um número maior de escravizados por proprietário superior a outras fases da economia escravista, demonstrando o caráter de castas (no sentido de alta estratificação social numa mesma classe dominante) dessa economia.

Depois do pico, a economia escravista adentra em sua hegemonia de baixa, constituindo mais duas fases: entre 1862–1879 compõe uma economia oscilante, mas inferior ao auge do pico da economia escravista, tendo bruscas quedas e recuperações dos valores dos inventários post-mortem. Neste contexto, a cidade

Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

começa a se consolidar como um centro comercial, principalmente devido à Guerra do Paraguai, devido ao fato das tropas passarem por Uberaba para irem ao Mato Grosso, a ponto de subjugar a atividade pastoril na região (REZENDE, 1991).

A partir de 1879, atinge um decréscimo que não retorna a valores muito superiores a 800 mil réis, tendo somente em 1883 um valor praticamente igual e oscila entre o baixo número de escravizados ou alto número de escravizados por proprietários, demonstrando a inconstância dessa economia. Os valores do decréscimo possuem durante um terço da duração, valores inferiores a todas as médias do período entre 1862–1879, outro terço com valores pouco superiores, ou na mesma faixa dos valores mais baixos do período, o que além da visível escada até os valores do final da fase de aceleração, demonstra o colapso da atividade escravista em parcimônia com a concentração dessa economia nas mãos das classes dominantes, reforçando a hierarquização.

Retornando ao problema das fontes de renda por hipotecas, penhoras e finanças, o que se pode deduzir dessas comparações? Observa-se o início de uma economia escravista em declínio, após um grande momento de acumulação. Ao compararem os preços aos momentos expressivos das fontes de tipo I, observa-se que coincidem com os menores valores patrimoniais. No sentido de que entre 1872–1876 há 10 fontes de tipo I e é o momento em que o valor decai abaixo de 600 mil réis e só retorna em 1876 a um valor superior a 700 mil réis. Nos últimos anos as fontes de tipo I se fazem presentes também e pela descrição, não é necessário dizer.

Isso implica que o patrimônio escravista possui uma relação com a luta de

classes e que a fonte que abriu o período de desenvolvimento desse texto deve-se encontrar dentro desse esboço. A venda do imóvel acontece em um momento de procura de outras formas de acumulação sobre o escravizado em face de um declínio das fortunas escravistas. O que condiz com a afirmação de Flávio Saldanha (2016) sobre o momento posterior ao fim do tráfico internacional.

Diante destas observações faz-se necessário investigar a fundo a relação entre a posse de escravos e os mandatos dos vereadores uberabenses. A título de conjectura, bem sabemos que, a partir da segunda metade dos oitocentos, o número de cativos já não figurava mais como meio de angariar status social se levarmos em conta os anos finais da escravidão. De certo modo, com a proibição do tráfico internacional de escravos, o cativo passava a representar, ao menos, aos olhos dos fazendeiros das áreas mais dinâmicas da economia do Império um capital imobilizado. Afinal, o escravo era uma mercadoria que se depreciava e, conseqüentemente, estava com seus dias contados. Dito em outras palavras, para estes proprietários rurais não importava comprar escravos, mas sim dispensá-los (SALDANHA, 2016. p. 267).

É claro que o desencontro implica que haverá uma tensão constante das fontes de tipo I a respeito da manutenção dos escravizados em sua condição imposta e uma qualidade de condição que o próprio escravizado conseguiu. No caso das fontes de tipo I, elas são, na maioria das vezes, compras de liberdade, seja pela alforria, manumissão ou carta de liberdade comprada, o que implica que a “brecha camponesa” era ulterior a isto. E que o momento da compra é um momento de maior enfraquecimento das relações de produção escravista do que parece, o que é mais claro pela simultaneidade com a queda do valor médio do inventariado.

Outra coisa a se pontuar é que além da luta de classes, o aumento dos preços não revela somente um aumento patrimonial, mas a contradição aparente do modo de produção escravista colonial nas relações sociais de Uberaba. Dado que o patrimônio e o preço médio do escravizado nos fins patrimoniais é um equivalente ao

Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

aumento da fortuna póstuma escravista, é o aumento dos preços implicando um retorno demorado.

Dizer que as “brechas camponesas” aparecem em um momento de crescimento dessa economia não apresenta contradição alguma, dado que sendo uma economia que impõe a exploração da força de trabalho em detrimento dos meios de produção, a contradição está nas classes e nas estruturas.

Ao dizer “brecha camponesa”, deve-se dizer exatamente o que é cabível de significação para prosseguir a discussão. Portanto, sem demoras, as referências mobilizadas nesse debate partem daqueles que constituíram a leitura do escravismo colonial como Jacob Gorender (2016a;20167b), Ciro F. S. Cardoso (1965;1967), Décio Saes (1985), Clóvis Moura (2020) e Jonathan Erkert (2018); para além, serão usadas as revisões críticas de Maria Helena Machado (1988) e de João José Reis (2009).

Resenhando o debate em partes, tem-se que Clóvis Moura (2020) destaca-se pela proposição de que a resistência (conflito) é constitutiva da História enquanto movimento das estruturas do escravismo. Acentuando o papel da resistência escrava para o fim da escravidão como para todas as suas mudanças superestruturais. Contudo, cabe compreender que o autor entende conflito e resistência como aquilo que se põe necessariamente contrário à reprodução da escravidão, como os quilombos, mocambos e as formas de resistência física, travando um incessante debate contra a negociação no escravismo como objeto sociológico. Não como historiográfico, no sentido de que não nega que ocorreu, mas nega que constituiu elemento fundamental da análise.

Por outro lado, naturalmente há uma tendência de cunho neoliberal de subestimar o conflito e dar o mérito à acomodação por parte da massa escrava, vendo-se nisso uma estratégia do escravo (em abstrato) que procurava criar um espaço social, cultural e econômico próprio, no qual a convivência com o seu senhor era conseguida através de um pacto, um acordo implícito e negociado no qual as contradições eram assimiladas e substituídas pela convivência, se não harmônica pelo menos estável e consensual (MOURA, 2020, p. 33).

Por conseguinte, tem-se *Ciro F. S. Cardoso* (1987) sendo objeto de debate de todos os que se debruçam sobre a escravidão por ter apontando a reflexão sobre as formas de trabalho da colônia em face dos estudos excessivos sobre a exportação de excedentes. De tal modo, sua contribuição e debate (tanto com *Jacob Gorender* em livros, quanto em *Clóvis Moura* em jornais) é de diversificar o modo de produção para algo mais fluído, que comporta, na afro-américa, um protocampesinato e um mercado interno (“brecha camponesa” quando o mercado interno é de escravizados) subordinados às relações e aos limites do escravismo colonial; ou seja, como elementos reprodutivos dessas relações. Reconhece-se que este trabalho recebe a influência de ser posterior à recomendação de novos espaços documentais, como os cartórios, exaustivamente consultados.

Jacob Gorender e outros historiadores pensam que as atividades autônomas de subsistência dos escravos tinham relativamente pouca importância de subsistência e na verdade não eram assim tão autônomas: acreditam que, quando cultivadas sua parcela, o escravo continuava submetido às mesmas relações de produção e ao mesmo dono do que quando, por exemplo, trabalhava nos campos de cana-de-açúcar. Tais estudiosos, não levando em conta suficientemente os ensinamentos de uma bibliografia específica que é sobretudo estrangeira, limitam-se a uma discussão excessivamente teorizante, manejam somente a documentação tradicional: viajantes, tratadistas coloniais, um ou outro plantador que deixou escritos, etc. Ora, com tais fontes poderíamos discutir eternamente acerca do peso efetivo das atividades autônomas de subsistência dos escravos, pois elas são inadequadas para resolver a questão. Se se tem dúvidas a respeito, o que seria metodologicamente aconselhável é a reconstrução da estrutura agrária total e das transações locais em conjunto, para então

Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

verificar que papel os escravos desempenharam nessas totalidades como agentes autônomos. Trata-se de algo difícil de fazer: deve ser realizado local e regionalmente primeiro, antes de chegar a conclusões generalizantes; mas estas, sobre tal base, serão incomparavelmente mais confiáveis. As fontes necessárias existem e estão disponíveis — papéis dos cartórios (os inventários de propriedades às vezes detalhavam as roças dos escravos), documentos das curatelas dos órfãos, listas de dízimo, etc. — e, de fato, já estão sendo utilizadas por jovens pesquisadores em dissertações de mestrado. E a verdade é que eles constataram a importância muito considerável das roças de escravos e das vendas de alimentos por eles levadas a cabo (CARDOSO, 1995, p. 54-55).

Pontua-se que a visão de Ciro Flamarion Cardoso (1995) não pensa nas dinâmicas de resistência, mesmo que ele tenha sido criticado por apresentar a legitimidade para manutenção do escravismo colonial. Sua visão sobre a legitimidade era a legitimidade para perpetuação da violência. Isto é claro em suas três hipóteses sobre a brecha:

A atribuição de uma parcela e do tempo para cultivá-la, ao escravo, cumpria uma função bem definida no quadro do escravismo colonial: a de minimizar o custo de manutenção e reprodução da força de trabalho. (...) No tocante, principalmente, às colônias bem integradas ao mercado mundial como exportadoras de produtos primários, outras características tendenciais do sistema escravista atuam, porém, em sentido contrário ao indicado acima: falamos da maximização da exploração dos escravos, sobretudo nas épocas de colheita e elaboração de produtos, e da concentração maciça dos fatores de produção na agricultura comercial de exportação, em detrimento das atividades de subsistência. Na prática, isto se refletia no avanço dos senhores sobre o tempo, em princípio, concedidos aos escravos para suas atividades autônomas. (...) Sob o escravismo, como em qualquer regime econômico-social, se estabelece entre a classe dominante e a classe explorada um acordo legal ou consuetudinário que garante para a classe dominada, pelo menos de fato às vezes de direito, de certos direitos, cuja infração traz consigo o perigo de alguma forma de rebelião. Isto poderia parecer tautologia, não fosse o fato de muitos autores não tratarem as sociedades escravistas como verdadeiras sociedades, e sim como uma espécie de campo de concentração

generalizado. Para o escravo, a margem da autonomia representada pela possibilidade de dispor de uma economia própria era muito importante econômica e psicologicamente. Na consciência social dos senhores de escravos, porém, a atribuição de parcelas de terra e do tempo para cultivá-las era percebida como uma concessão revogável, destinada a ligar o escravo à fazenda e evitar fuga. Esta diferença na percepção da brecha camponesa era portadora de conflito, tinha potencialidade dinâmica (CARDOSO, 1987, p. 58-60).

Prosseguindo, Jacob Gorender é notável pela sua sistematização no âmbito da economia política do escravismo colonial (2016a), não como uma reflexão sobre o seu movimento ou arranjos documentais sobre temas específicos, mas como um modo de produção que porta leis próprias e visa descrever essa existência. No debate, Gorender (2016a) apresenta o valor do escravizado em face da reposição do montante de valor proprietário como a contradição principal, assim insere as diferentes práticas dentro desta contradição. Contudo, nega que a documentação que Cardoso apresenta constitua fator estrutural e critica Moura, no sentido de dizer que todas as práticas que afirmam a definição ontológica do escravo enquanto sujeito e não objeto são formas de resistência (2016b). Assim sendo, a partir de Gorender (2016b) pode-se considerar as fontes de tipo I formas de resistência.

Temos em vista a coisificação social, que não é sinônimo de coisificação subjetiva. A coisificação social se chocava com a pessoa do escravo (pessoa = subjetividade humana). Ferida, humilhada, comprimida, a pessoa do escravo não era anulada (exceto em casos patológicos). A contradição entre ser coisa e ser pessoa constituía a vivência do escravo durante toda sua existência (GORENDER, 2016b, p. 40).

Décio Saes (1985) pouco infere nesse debate, mas traz um escopo poulantziano que transforma a problemática, diz isto, pois seu texto interfere apresentando um debate sobre o papel da superestrutura (autonomia relativa) em relação à infraestrutura. Deste modo, o autor recompõe o debate sobre a condição jurídica (citando Jacob Gorender) do escravizado e divide o escravismo em classes diferentes,

Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

ou seja, nem todo escravizado constitui a mesma classe, mesmo que pertença à mesma relação de exploração. Dentro disso, aponta como nas regiões urbanas, emergentes do Brasil imperial, as relações que Ciro Cardoso apresenta, são muito presentes.

Outro debate superestrutural fundamental é o de Jonathan Erkert (2018), que com um escopo marxista que perpassa uma leitura original de Althusser e Pachukanis retoma o debate de Jacob Gorender e Ciro F. S. Cardoso para debater se no protocampesinato, o escravizado poderia constituir a relação de produção de sujeito de direito. O autor afirma que o escravizado pode assumir no vazio das determinações do modo de produção, provocado pelo deslocamento da luta de classes, uma relação de sujeito de direito. Assim sendo, tal movimento constituiria uma transformação estrutural das relações de produção, avizinando-se das relações capitalistas.

Encerrado o debate sobre o modo de produção, cabe destacar que Maria Helena Machado (1988) apresenta uma crítica à possibilidade de ampliar o conceito de “brecha camponesa” para compreender formas de resistência.

Porém, apesar de privilegiar o ponto de vista da lógica econômica dos senhores, a ampliação do conceito de brecha camponesa para a consideração de uma variada gama de atividades informais de escravos pode abrir os espaços teóricos necessários para a reconstrução da luta dos cativos para o estabelecimento de determinadas margens de autonomia que se concretizavam através das atividades econômicas independentes, nem sempre de acordo com os interesses senhoriais (MACHADO, 1988, p. 51).

Prosseguindo, cabe destacar que João José Reis (2009) apresenta dinâmicas de

um comércio informal que faz parte constitutiva de alguns garrotes ou outras garantias e negociações sobre gado que aparecem como oferta para a compra de liberdade.

O espaço de economia própria servia para que os escravos adquirissem tabaco, comida de regalo, uma roupinha melhor para mulher e filhos etc. Mas, no Rio de Janeiro do século XIX, sua motivação principal parece ter sido o que apontamos como válvula de escape para as pressões do sistema: a ilusão de propriedade "distrai" da escravidão e prende, mais que uma vigilância feroz e dispendiosa, o escravo à fazenda. "Distrai", ao mesmo tempo, o senhor do seu papel social, tornando-o mais humano aos seus próprios olhos. "Estas suas roças, e o produto que delas tiram, faz-lhes adquirir certo amor ao país, distraí-los um pouco da escravidão, e entreter com esse seu pequeno direito de propriedade. Certamente o fazendeiro vê encher-se a sua alma de certa satisfação quando vê vir o seu escravo da sua roça trazendo o seu cacho de bananas, o cará, a cana etc." (1º ed., p. 17) (REIS; SILVA, 2009, p. 31).

Junto à leitura de Erkert (2018), propõe-se o caso como uma sujeição jurídica, mas deve-se destacar que ele o é em face do momento em que a luta de classes alça um espaço vazio das determinações típicas do escravismo colonial. Sendo assim, a ampliação do conceito de "brecha camponesa" deve ser acompanhada do reconhecimento das relações de trabalho e produção.

Isto só é possível se se subverter a liberdade do sujeito da filosofia alemã (idealista e liberal) que opõe sujeito e estrutura (aparente nas leituras de Machado, Reis e Silva) substituindo em um novo sentido. Nisto: "O sujeito é o lugar onde uma descontinuidade, uma lacuna, uma perturbação, uma mancha torna-se inscrita numa dada cadeia causal." (ZUPANCIC, 2022, p. 63). De tal maneira que, se as classes são receptáculos das estruturas políticas, ideológicas e econômicas (POULANTZAS, 2019), "(...) a estrutura em si está longe de ser simplesmente não problemática, clara ou fluída." (ZUPANCIC, 2022, p. 63), podendo gerar um efeito pertinente que revele uma descontinuidade significativa. O conceito de liberdade deve implicar que há incidência

Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

da causa, mas também descontinuidade, que neste caso é o escravizado como portador de mercadorias no escravismo colonial.

Por fim, o escravizado não era um sujeito de direito, ora era visto como objeto no sentido de autonomia individual, ora era penalizado como sujeito, mas não era visto como portador de mercadorias ou membro de um mercado abstrato de trocadores e compradores de mercadorias produzidas pelo trabalho. No momento em que a luta de classes avança, não somente se repara o refreamento da economia escravista, mas observam-se as possibilidades do surgimento de novas relações de produção.

Conclusões

Inspirado no levantamento de fontes, na leitura de Louis Althusser da ciência histórica e no debate sobre o escravismo brasileiro, pode-se concluir uma abertura do conceito de “brecha camponesa” que perpassa o resgate da leitura marxista. Do mesmo modo, procurou-se apresentar um levantamento documental o mais amplo possível para o caso atingir a dimensão de pensar as relações de produção.

A pesquisa, contudo, pode ser melhor elaborada a partir de outras relações documentais, especialmente as que não tangem a região, como, por exemplo, a possibilidade de um tráfico interno de escravizados após a proibição do tráfico internacional. Outra possibilidade é aventar os valores dos escravizados a partir de cada idade e detalhar mais os padrões das chamadas “brechas camponesas”, podendo ir além deste conceito (algo que acredita ser feito ao pensá-los como sujeitos de direito em alguns momentos), inclusive debatendo mais uma

historiografia sobre as dinâmicas urbanas de resistência e negociação. Nesse sentido, a comparação dos valores das hipotecas, fianças, penhoras com os valores dos escravizados e das cartas de liberdade permitiram outras visões sobre o assunto.

Fontes

UBERABA, Catálogo Documental para o Estudo da Escravidão em Uberaba. Superintendência do Arquivo Público de Uberaba, 2018.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2015.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Escravo ou camponês?:** o protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CARDOSO, C. F. S. **O trabalho na América Latina colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CARDOSO, C. F. S (Org.) **Escravidão e abolição no Brasil:** novas perspectivas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor LTDA, 1988.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos negociantes:** mercadores das minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.

COSTA, Newton da. **Lógica indutiva e probabilidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 2019.

CUNHA, Alexandre Mendes. Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas de ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 123-128, 2007.

ENGELS, Friedrich. Introdução à edição de 1895. In: MARX, Karl. **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão popular, 2015, p. 37-63.

Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro; PITZER, Renato Rocha. Barões, Homens Livres Pobres e Escravos: notas sobre uma fonte múltipla–Inventários post-mortem. **Revista Arrabaldes**, v. 1, n. 2, p. 29-52, 1988.

GOMES, Alessandra Caetano. **Em busca da liberdade**: as alforrias em duas regiões do sudeste escravista, 1825-1888. 2008. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Perseu Abramo, 2016a.

GORENDER, J. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016b.

JÚNIOR, Florisvaldo Paulo Ribeiro. Dimensões da liberdade: Borges Sampaio e os escravos na cidade de Uberaba, 1836/1888. **Olhares & Trilhas**, v. 6, n. 1, 2005.

LOURENÇO, L. A. B. **A oeste das minas**: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista Triângulo Mineiro (1750-1861) [online]. Uberlândia: EDUFU, 2005. ISBN 978-85-7078-516-9. <https://doi.org/10.7476/9788570785169>.

MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. **Revista Brasileira de história**, v. 8, n. 16, p. 143-160, 1988.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas, SP: Editora da Unicamp,

2019.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

REZENDE, Eliane M. Márquez. **Uberaba**: uma trajetória sócio-econômica – 1811-1910. Uberaba: Edição APU, 1991.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil**: 1888-1891. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SALDANHA, F. H. D. Administrar seus ofícios e o bem comum: o perfil socioeconômico das elites regionais no Sertão da Farinha Podre (1852-1888). **Locus: Revista de História**, v. 22, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20822>. Acesso em: 22 nov. 2021.

SOUZA, Laura de Mello. **Desclassificados do Ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2017.

VON ERKERT, Jonathan Erik. **Modos de produção no Brasil**: escravidão e forma jurídica. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2018.

ZUNPACIC, Alenka. **Por que psicanálise?**: três intervenções. São Paulo: Lavrapalavra, 2022.